

Desafio Global. Resposta Universal?

Vários

Houve uma rejeição quase universal dos atentados de 11 de setembro. Quanto à resposta adequada, no entanto, as posições variam muito. Oferecemos a seguir uma análise do impacto do ataque nos vários continentes.

Europa

Solidariedade e disciplina

Na manifestação imediata de solidariedade com a América, a Europa reagiu aos acontecimentos de 11 de Setembro com uma unidade, disciplina e determinação raramente observadas.

Fê-lo ao evitar qualquer tentação de encontrar no unilateralismo e na arrogância dos Estados Unidos uma explicação, directa ou indirecta, para os atentados terroristas de 11 de Setembro. Fê-lo ao invocar sem grandes hesitações o artigo 5º do Tratado de Washington, assumindo na sua expressão mais efectiva o ataque a Nova Iorque e a Washington como um ataque às suas próprias capitais.

Esta solidariedade sem falhas e esta determinação foram, provavelmente, o mais forte testemunho de que as democracias europeias sentiram os bárbaros acontecimentos que atingiram a América como uma ameaça global à segurança e à estabilidade das suas sociedades.

A Europa, ao contrário da América, tem na sua história recente uma longa experiência de guerras. A maior parte dos seus países teve de lidar com fenómenos terroristas de diferentes naturezas mas idêntica violência (do Baader-Meinhoff e das Brigadas Vermelhas ao fundamentalismo do GIA) praticamente nos últimos 30 anos. O regresso do nacionalismo radical aos Balcãs obrigou-a a reviver os horrores da "limpeza étnica" e a enfrentar uma sucessão de conflitos com milhares e milhares de vítimas civis, que constituíram um desafio tremendo aos seus valores e à sua estabilidade.

Mas a dimensão e os métodos do massacre perpetrado contra os Estados Unidos, acentuando profundamente o sentimento da vulnerabilidade das democracias face à desordem que ameaça o mundo que emergiu da guerra fria, marcam também para a Europa um ponto de viragem. Que terá, nomeadamente, um enorme impacte nas relações transatlânticas.

A Europa teve de enfrentar os acontecimentos no auge da sua apreensão face à escalada unilateralista desencadeada pela nova administração americana desde a eleição de George W. Bush. Os países europeus olhavam também com uma enorme apreensão para o reacender descontrolado do conflito do Médio Oriente, encarando-o como uma das mais sérias consequências do "disengagement" americano e

tentando ocupar o espaço deixado vazio pelos Estados Unidos. Estes factos não impediram os países da União de reagir com uma solidariedade e uma disciplina raramente vistas. Mas alimentaram os seus receios quanto à resposta americana.

O segundo objectivo da União e dos seus principais Estados membros foi, pois, o de enviar a Washington uma mensagem de contenção. Também neste propósito, a Europa reagiu sem divisões, tendo no primeiro-ministro britânico um intérprete fundamental. Uma reacção imediata, brutal e mal dirigida poderia empurrar a América ainda mais no sentido do unilateralismo, deixando a Europa numa posição extremamente difícil de sustentar.

Mas a forma como se foi desenhando a resposta americana acabou por dissipar, se não todos, pelo menos os maiores receios europeus, abrindo caminho para a construção de uma ampla coligação internacional contra o terrorismo que pode vir a resistir às tensões provocadas pela ofensiva militar contra Osama bin Laden e o regime talibã.

Para a Europa, era fundamental que Colin Powell prevalecesse sobre Donald Rumsfeld e Condoleeza Rice na condução desta crise. O discurso pronunciado por George W. Bush no Congresso, a 20 de Setembro, foi claramente nesse sentido. Bush prometeu liderar uma guerra total e prolongada contra o terrorismo (cujos contornos ainda são muito imprecisos) envolvendo todos os meios à disposição da América mas também todos os países que queiram estar do seu lado – incluindo os países islâmicos –, desfazendo uma imagem de "cruzada" que, para a Europa, teria custos insuportáveis.

Mesmo que o terrorismo que se abateu sobre as duas mais emblemáticas cidades da América tenha deitado por terra a percepção da invulnerabilidade do território e do poderio americano, a Europa continua a ter uma percepção muito mais próxima e imediata dos riscos do fundamentalismo islâmico que vive à sua porta e que penetra hoje nas suas sociedades.

Os acontecimentos de 11 de Setembro, se acentuaram profundamente a percepção da ameaça terrorista, também tornaram mais evidente para a Europa a necessidade de fazer da cooperação internacional a todos os níveis, assente em organizações internacionais eficazes, a arma fundamental de longo prazo para combater essa ameaça.

Até que ponto a União Europeia vai conseguir gerir eficazmente a tensão entre a sua aliança com os EUA na guerra que Bush anunciou contra o terror e a sua própria visão de um mundo assente no multilateralismo – eis o desafio maior que os europeus vão enfrentar nos próximos tempos.

Mediterrâneo

A confluência de todos os medos

Apesar do descrédito e da desconfiança com que algumas delas foram acolhidas, as condenações dos ataques terroristas do dia 11 de Setembro por parte dos dirigentes árabes e islâmicos foram unânimes, veementes e duras. A voz dissonante veio do Iraque, único país da região em confronto com os Estados Unidos. Mas o comunicado oficial da Liga Árabe, em conselho extraordinário,

condena «os ataques terroristas» e exprime o seu «pesar e apoio ao povo americano». Expressa igualmente dois temores, presentes em vários tons na generalidade da imprensa: a necessidade de proteger as comunidades de origem árabe ou muçulmana no Ocidente, sobretudo nos Estados Unidos, dada a imediata identificação da origem dos ataques terroristas com o «mundo islâmico». O apelo foi ouvido, e incorporado no discurso oficial americano, embora não tivesse impedido esporádicos ataques racistas nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Outro temor foi que Israel, em que a tentativa de identificação dos palestinos e dos árabes em geral, e inclusive, pessoalmente, de Yasser Arafat, com o terrorismo tem sido ultimamente uma constante, usasse o choque e a indignação provocados pela tragédia americana para penetrar mais profundamente nos territórios ocupados. A imprensa interrogava-se, como titulava o jornal argelino La Tribune, se os palestinos seriam a «segunda vítima dos atentados anti-americanos». Esse receio revelou-se comprovado pelo apertar do cerco e pelas fundas incursões do dia 12 de Setembro em vários pontos dos territórios palestinos. Washington, consciente de que a vasta coligação antiterrorista que pretende constituir não tem viabilidade sem a participação dos países árabes e muçulmanos, que por sua vez não é possível sem que se reacenda ao menos uma esperança de paz entre Israel e a Palestina, exerceu pressão sobre o governo de Sharon para aliviar a renovada pressão militar.

A par da condenação dos atentados, a generalidade dos governos árabes declarou a sua firme disposição de estar ao lado dos Estados Unidos no combate ao terrorismo. Mas foi igualmente patente a preocupação de envolver nesse combate o conjunto da comunidade internacional. Tanto a Liga Árabe como as declarações oficiais egípcias, entre outras, insistem em que o «terrorismo internacional» é um cancro a que nenhum país está imune e que urge extirpar, e lembraram à sociedade a convenção anti-terrorista de 1998 que exprime a «posição colectiva árabe contra o terrorismo». Esta unanimidade dos governos, e o seu desejo confesso de combater o terrorismo, não pode esconder porém a reacção popular, que é ela mesma contraditória: um misto de solidariedade com as vítimas e de horror perante a matança de civis inocentes e dos sentimentos antiamericanos que durante a Guerra do Golfo se manifestaram nitidamente e que a identificação entre Israel e os Estados Unidos, com o forte agravamento da crise israelo-palestina, não contribui para fazer abrandar. Está igualmente presente o medo de que a retaliação americana (que no Afeganistão se traduziu em verdadeiro pavor e num êxodo maciço) seja causa de maiores sofrimentos e devastação em países árabes ou muçulmanos.

Os governos, maioritariamente aliados dos Estados Unidos, não temem menos a resposta americana, embora principalmente por outras razões. Temem que essa resposta contribua para acirrar as oposições islamistas, que na maioria dos casos constituem a única alternativa que existe aos seus próprios regimes, alimentadas pela renovação do sentimento antiamericano, e inclusive aumentar a base de recrutamento dos movimentos terroristas, nacionais ou transnacionais. Daí a insistência em que vencer o terrorismo é um causa comum e o apelo a que esse combate seja liderado pelas Nações Unidas. As nuances são evidentemente diferentes de país para país. O governo argelino, por exemplo, considera que a «guerra antiterrorista» decretada pela América justifica ou pelo menos torna mais difícil de rejeitar a sua política de repressão interna e a estratégia de erradicação dos movimentos islamistas. Mas mesmo nos países, como Marrocos, que procuram criar através da abertura uma pluralidade no campo político, e integrar nele, inclusivamente, os islamistas moderados, surgem temores de que a violência ou a desproporção eventual da reacção americana contribua para alargar a margem de manobra e sustentação pública às suas variantes mais radicais.

Não é só o efeito da resposta americana que causa temor de recrudescimento dos movimentos islamistas em vários países árabes, mas também o do discurso que a justifica. Será de estranhar que Ossama Bin Laden, a quem a simplificação do discurso antiterrorista atribui o poder de fazer ruir em tragédia o mito da inviolabilidade do território americano e de pôr em pé de guerra a maior potência do mundo, ganhe por isso mesmo, se não a tinha já, entre populações que se sentem marginalizadas e agredidas pela política americana, uma aura de heroísmo?

África

Reacções a quente

Por todo o continente africano não se fizeram esperar as reacções de condenação ao "Setembro Negro" que se abateu sobre os Estados Unidos. No universo dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) predominou o unanimismo nas condenações. O governo de Cabo Verde considerou as acções "um golpe de força tresloucado" não só contra os EUA "mas também contra a paz no mundo". Cabo Verde, o único PALOP com ligações aéreas com os Estados Unidos, reforçou as medidas de segurança no aeroporto internacional do Sal, ao mesmo tempo que emitia instruções específicas para a sua enorme comunidade residente nos EUA. O primeiro-ministro José Maria das Neves não deixou de referir as implicações económicas que os acontecimentos poderão ter na vida do arquipélago, nomeadamente a potencial desvalorização do Euro, dada a indexação do escudo cabo-verdiano ao escudo português.

O governo angolano, durante largos anos antagonizado com a Administração norte-americana, condenou com firmeza os atentados que qualificou como "cobardes e traiçoeiros". Mais significativo, o governo de Luanda, ao expressar a sua solidariedade para com as vítimas, não deixa de recordar que a população de Angola "há muito sente na própria pele os efeitos devastadores deste tipo de actos cruéis e gratuitos".

Em Moçambique, país onde, tal como na Guiné-Bissau, vivem significativas faixas populacionais islamizadas, as condenações oficiais foram acompanhadas pelo posicionamento da Comunidade Muçulmana - "esperamos que todo o mundo contribua para o combate contra todo o tipo de terrorismo, seja terrorismo de Estado ou de grupo".

Na África do Sul, Thabo Mbeki expressou "choque e desapontamento", Sam Nujoma na Namíbia falou em "crime hediondo", Olesegun Obasanjo na Nigéria pediu a "punição exemplar" dos autores das acções contra o World Trade Center em Nova Iorque e o Pentágono em Washington.

A Política Africana da Administração Bush

As três vertentes de política africana anunciadas pelo governo norte-americano são: apoio ao combate à SIDA; aberturas comerciais recíprocas e encorajamento de reformas liberais; consolidação de regimes democráticos e prevenção de conflitos. As prioridades destas políticas têm um cunho regional. As preocupações estão centradas, no caso dos conflitos, na Serra Leoa, no Congo-Kinshasa e no Sudão, nos preceitos de estabilidade regional nos designados "países-charneira" - a Nigéria, na África ocidental, o Quénia na África oriental e a África do Sul na África

austral – e no apoio aos regimes considerados mais cumpridores dos preceitos democráticos e liberais, designadamente o Mali, o Gana, o Senegal, Moçambique e o Botswana.

Esta política africana existe num pano de fundo que enforma a política norte-americana em geral, ou seja a preocupação pela defesa dos “interesses estratégicos” – acesso a negócios e rotas comerciais e controlo sobre fontes energéticas (petróleo) - e de “segurança nacional” – mais recentemente protagonizados pelo aumento dos sinais de isolacionismo e unilateralismo norte-americanos – escudo de defesa anti-mísseis, não subordinação a tratados e organizações internacionais.

As alterações esperáveis em África

Este pano de fundo, mais que nunca presente na situação actual, poderá não modificar os objectivos de política africana, mas deverá acentuar as preocupações regionais de acesso a fontes de energia e de controlo ou mesmo de actuação contra regimes considerados hostis ou suspeitos de apoio a acções e grupos terroristas em África.

Em termos concretos, a administração norte-americana deverá reforçar a sua política de apoio a regimes “fiáveis” em zonas de produção petrolífera, incluindo a Nigéria e Angola – é de esperar um ainda mais forte isolamento da UNITA de Savimbi, contrariamente ao que algumas análises prediziam – e, com elevado grau de possibilidade, também países do golfo da Guiné ricos em jazigos petrolíferos como o Gabão, os Camarões, Congo-Brazzaville, Guiné Equatorial e muito possivelmente S. Tomé e Príncipe.

Do mesmo modo, será de esperar uma maior preocupação com questões de segurança em regiões mais próximas do médio oriente, designadamente o Sudão – onde poderão ocorrer represálias, senão contra o regime, pelo menos contra grupos ou pessoas suspeitas de integrarem a rede de terrorismo internacional -, o Egipto, cuja posição de aliado os EUA procurarão encorajar e também a Líbia, apesar de, pelo menos aparentemente, o regime ter abandonado o seu tradicional suporte a grupos e acções terroristas.

As alterações mais gerais

De uma forma geral, e África não constituirá uma excepção à regra, o cunho ideológico e unilateralista das acções norte-americanas deverá acentuar-se nos próximos tempos, mesmo na eventualidade de a administração coordenar acções de retaliação com os aliados. Em termos práticos, tal vai significar um maior envolvimento positivo da administração relativamente nos países amigos e um maior isolamento relativamente aos regimes hostis ou críticos da acção americana. Numa vertente mais positiva e dadas as preocupações de evitar confrontações com o Islão, os acontecimentos recentes poderão também provocar uma atitude de encorajamento a entendimentos políticos em toda a zona do Sahel, onde os episódios violentos causados por clivagens políticas com matizes religiosas têm predominado.

América Latina

Um teste ao Multilateralismo

Que tipo de impacto terá o ataque terrorista de 11 de Setembro na América Latina? O que significará em termos das relações entre a América Latina e os Estados

Unidos? Tudo depende da resposta que os Estados Unidos e os seus aliados mais próximos darão ao bombardeamento do World Trade Center e do Pentágono. Mais especificamente, depende do peso relativo, na resposta, da vingança, por um lado, e do combate ao terrorismo a longo prazo para benefício de toda a humanidade, por outro. Até que se realize a primeira resposta, será difícil medir o impacto da crise sobre as relações América Latina-EUA. Até ao momento, ele tem sido positivo: os ministros de relações exteriores da OEA adoptaram por unanimidade duas resoluções condenando o ataque.

Não devemos esquecer que no ataque às Twin Towers morreram cidadãos de todo o mundo, inclusive dos países latino-americanos. Os ataques foram consequentemente vistos como um ataque não apenas aos EUA, mas a todos os países do mundo, incluindo os da América Latina. A resolução co-patrocinada pelo México e o Paraguai adoptou precisamente este tom, assinalando que a OEA considerava os atentados como um ataque a todos os países do hemisfério, e apontou para uma reunião futura de todos os ministros de relações exteriores da região para discutir a questão. A segunda resolução, patrocinada pelo Brasil, pede a convocação do órgão de consulta do TIAR, para decidir conjuntamente quais as medidas a tomar a nível da defesa comum e da manutenção da paz no continente. Esta resolução, ao contrário da primeira, limita a conjugação de esforços apenas aos 23 membros do TIAR, que não inclui, por exemplo, o Canadá e os países das Caraíbas. Apesar desta diferença, as duas resoluções foram aprovadas por unanimidade, caso sem precedentes na OEA. Portanto, a nível governamental, pelo menos até ao presente, existe um claro consenso sobre a necessidade de actuar conjuntamente para apoiar os EUA.

Saindo do âmbito governamental, qual a resposta e o impacto dos atentados? Pelas sondagens já realizadas, podemos concluir que os latino-americanos fazem uma distinção muito clara entre uma primeira resposta de 'vingança' e uma segunda resposta de combate co-operativo ao terrorismo a longo prazo. A oposição à primeira é bastante forte. O apoio à segunda é ambíguo, vendo-se que existe uma tendência no sentido de não se querer participar numa acção militar repressiva norte-americana. A capacidade das lideranças governamentais latino-americanas e norte-americanas de criar uma opinião pública mais favorável à acção conjunta depende de vir a predominar ou não uma resposta mais unilateralista e de 'vingança'. Se se verificar a primeira hipótese, é altamente provável que os EUA fiquem mais isolados, especialmente a nível da opinião pública democrática internacional. O reforço do unilateralismo terá também efeitos secundários: as Cimeiras das Américas, componente político do processo de criação de uma área de livre comércio continental, são um processo multilateral, onde os Estados Unidos se sentam à mesa como parceiro igual ao resto dos países do hemisfério. A agenda é determinada e elaborada em comum. Se os Estados Unidos impuserem uma agenda que foque predominantemente o combate ao terrorismo, e além disto, que foque os países ou as sub-regiões onde existem maiores indícios de actividade terrorista, isto pode vir a alterar a dinâmica de 'igualdade' neste processo.

O atentado bombista na Argentina, em 1996, é talvez o caso mais famoso de terrorismo internacional na América Latina. Mas existem outros indícios de actividade de terrorismo com origem no Médio Oriente, na região. Em Abril de 2001, foram encerradas as embaixadas norte-americanas no Uruguai, Paraguai e Equador, devido a ameaças de ataques de operacionais de Bin Laden, na região fronteiriça entre a Argentina, o Paraguai e o Brasil. Esta região, e outras que eventualmente possam ser identificadas como 'perigosas' poderão tornar-se alvos de uma política norte americana que se concentra apenas neste domínio e que

deixa de lado as outras iniciativas políticas e comerciais até agora desenvolvidas no quadro das Cimeiras hemisféricas.

Pode também pôr em segundo plano o projecto de livre comércio, virando-se todos os esforços e atenções para as reacções defensivas. Por outro lado, para países como a Colômbia, cujas relações com os Estados Unidos têm sido guiadas por uma tentativa quase vã de estabelecer uma cooperação menos militarizada para responder ao 'narco-terrorismo', o surgimento de uma América mais unilateral, vingativa e paranóica pode significar duas coisas: pode levar a maior pressão para militarizar ainda mais o combate ao fenómeno da droga; ou pode ter o efeito contrário - o terrorismo narco pode ser ignorado perante a percepção de uma maior ameaça por parte do terror vindo 'do Islão'.

Há que promover uma coligação de apoio aos Estados Unidos, no âmbito das Nações Unidas, que fomente uma resposta que substitua a vingança pelo combate, a longo prazo, ao terrorismo e às suas causas. Será talvez impossível a moderação. Mas não deixa de ser verdade que é desta moderação que depende o novo e frágil apego ao multilateralismo hemisférico nas Américas.

Ásia

Apoio quase unânime

Embora tenha existido um aparente consenso na Ásia na condenação dos ataques, ao qual se juntou a própria Coreia do Norte, não se regista a mesma convergência de posições quanto ao tipo de resposta e ao apoio a uma acção militar de retaliação dos EUA. É ainda necessário considerar que a Ásia (particularmente a Central e do Sul) será o teatro regional da acção de retaliação militar no Afeganistão, com consequências inevitáveis em termos de fluxos de refugiados, riscos de recessão económica e instabilidade política em países vizinhos. Esta circunstância condiciona de forma significativa as respostas dos diferentes actores regionais, que variam entre o apoio incondicional do Japão e a oposição da Malásia a qualquer acção de retaliação.

A China, apesar da deterioração recente das suas relações com Washington, tomou uma posição enérgica de apoio aos EUA. Confrontada internamente com a ameaça do islamismo radical que alimenta o separatismo e terrorismo na provincia de Xinjiang e nas suas fronteiras da Ásia Central, a China encontra na vontade americana de uma acção internacional concertada de combate ao terrorismo uma confluência de interesses oportuna. No entanto, Pequim pondera também as consequências a longo prazo da intervenção militar numa coligação liderada pelos EUA na região: a China não quer ficar isolada nem envolver-se numa operação sobre a qual não tenha qualquer controlo. Daí que recuse uma acção unilateral, entendendo que, embora justificada, a retaliação deve ser legitimada pela ONU, onde a China poderá definir limites ao ímpeto norte-americano e garantir que a acção não seja uma operação NATO. Pequim manifestou a preocupação de que este processo possa legitimar a expansão da esfera de acção da Aliança para além das fronteiras da Europa.

O Japão manifestou inequívoco e incondicional apoio a uma intervenção militar norte-americana. Adoptou uma postura activa que se traduz numa medida inédita de envio de tropas para o teatro de operações, quando não está em causa uma

ameaça directa à segurança do Japão, a fim de prestarem apoio logístico às tropas norte-americanas (limitações constitucionais não permitem o envolvimento directo em acções de combate). A determinação japonesa pretende evitar a repetição do erro da Guerra do Golfo, quando a não participação na coligação multinacional enfraqueceu a sua credibilidade regional e internacional, e demonstrar que é o aliado-chave dos EUA na Ásia.

A Índia teve também uma reacção determinada de apoio aos EUA, procurando reforçar a aproximação com Washington que se tem vindo a intensificar no último ano, e ainda que a frente de combate ao terrorismo permita enfrentar as ameaças específicas que têm a sua origem no sistema complexo de relações entre o Paquistão, os Taliban e Bin Laden (uma das razões que justifica o apoio do Paquistão aos Taliban é a existência de campos de treino de fundamentalistas islâmicos em Khost para ataques contra as posições indianas em Caxemira). No entanto, a posição foi mais cautelosa em relação ao apoio directo a uma eventual acção militar, intermédia entre o Japão e a China: não disponibilizou de imediato o uso das suas bases por parte dos EUA, mas não excluiu uma resposta positiva em caso de solicitação. Vendo com preocupação que a relativa aproximação dos EUA e do Paquistão nesta crise possa branquear as responsabilidades paquistanesas no apoio ao terrorismo, a Índia poderá querer utilizar o seu envolvimento mais intenso como trunfo negocial para obter dos EUA algumas garantias.

No âmbito da ASEAN, a posição sobre o apoio a um eventual ataque não é homogénea registando-se claras divisões. A reacção da Indonésia, o maior país muçulmano do mundo, revestiu-se de particular simbolismo ao condenar inequivocamente o ataque terrorista. Contudo, demonstra grande hesitação em apoiar a ideia de uma retaliação militar. A posição de alguns líderes islâmicos vai no sentido de questionar a legitimidade da retaliação na ausência de provas inequívocas, o que em parte traduz algum receio sobre o risco de reacções internas e reforço do poder dos grupos islâmicos extremistas. Na Malásia Mahatir, apesar de ter condenado o ataque, vai mais longe manifestando de forma clara oposição à ideia de qualquer acção militar contra o Afeganistão. Em contraste, as Filipinas manifestaram apoio activo a uma acção militar norte-americana nomeadamente através da reabertura das antigas bases militares, se necessário. Assim, o apoio a uma eventual retaliação tende a reforçar a fragmentação da ASEAN que mais uma vez não conseguiu adoptar uma posição conjunta.

O ataque terrorista aos EUA e a resposta em preparação poderá ter implicações significativas para o quadro da segurança regional na Ásia. Para além da instabilidade a curto prazo que resultará de uma acção militar de grande escala na Ásia Central, um dos cenários possível é o de aumento da insegurança regional a longo prazo. Alguns analistas (FEER) antecipam, em consequência de uma nova prioridade na protecção do próprio território dos EUA, uma redução da presença militar norte-americana na Ásia o que geraria um inevitável aumento da instabilidade regional. Esta não parece, contudo, ser a tendência mais provável já que acentuaria a fragilidade da super potência. Não obstante a manutenção do nível de compromisso norte-americano, sustentado na exigência de um maior esforço dos seus aliados tradicionais na partilha do fardo, é possível que em todo o caso a instabilidade possa aumentar. Com efeito, a percepção de maior fragilidade dos EUA que resultou dos ataques poderá gerar uma intensificação dos esforços da China para expansão do seu espaço de influência na Ásia e a consequente aceleração da competição estratégica entre Washington e Pequim com um impacto negativo na segurança regional, a começar pelo estreito de Taiwan, preocupação já manifestada em declarações recentes do Presidente Chen Shui-bian.

Em sentido contrário, a presente crise poderá também produzir um reforço da segurança regional na medida em que o combate ao terrorismo, que ameaça a estabilidade de muitos Estados na região, possa ser um factor catalisador da intensificação do diálogo e cooperação regional em matéria de segurança, criando condições para a emergência de um sistema multilateral de segurança regional. É ainda incerto qual será a tendência que prevalecerá, mas muito dependerá da postura da China, da política americana para a região e da eventual transformação do papel do Japão.